



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ARTES VISUAIS
ADUFPB – SINDICATO DOS DOCENTES DA UFPB

Proposta de Inscrição como delegada ao 31º Congresso do Andes que acontecerá em Manaus- AM nos dias 15 a 20 de Janeiro de 2012.

Mariza Pinheiro
Docente e representante do CCHLA no Conselho

Tema: *Caprichar na Educação, Garantir Direitos dos Trabalhadores para ter Futuro.*

Considerando, minha participação ativa e efetiva, no movimento docente desde 1995, quando aqui aportei na combativa UFPB palco de momentos decisivos e significativos na luta por uma Educação Pública e de qualidade é que me entusiasmo a candidatar-me a delegada ao 31º Congresso do Andes que acontecerá em Manaus- AM nos dias 15 a 20 de Janeiro de 2012.

No decorrer desses anos, exerci diversos papéis no sindicato. De conselheira a diretora e, assumida aprendiz, no que se refere à inter-relação entre os elementos articuladores prático-teóricos que permeiam e fundamentam o movimento sindical, considero-me uma militante vigilante diante das ações de nossos gestores e governantes.

Em todos esses momentos importantes, apesar das nossas intensas atribuições na universidade, procurei cumprir meu papel com responsabilidade e disciplina. Nesse sentido, reafirmo meu compromisso em defender intransigentemente todas as questões discutidas e sugeridas pela ADUPB e aprovadas coletivamente pelo Andes. Isto posto, destaco a seguir, uma breve síntese de alguns pontos que estão sendo debatidos na categoria e, em seguida, detalho minhas propostas.

Início tecendo breves informações sobre o panorama nacional brasileiro. Esse aspecto é a mola mestra que garante a viabilidade no cumprimento de metas planejadas. De acordo com os dados divulgados oficialmente, no que se refere ao desenvolvimento

do Brasil, neste início do séc. XXI os investimentos deverão atingir o patamar de 7% do PIB. Por outro lado, a taxa SELIC sofreu elevação, evidenciando situações de crises e grandes temores inflacionários. A dívida pública chegou a 40% da riqueza nacional e absurdamente retêm 80% do crédito disponível. Extraordinariamente, segundo os governos atuais, o mito do modelo de inflação alta para manter o crescimento é uma inverdade - o que já sabíamos e denunciávamos a partir dos estudos do Sindicato Nacional, baseados na auditoria da dívida cidadã.

Embora, os dados econômicos apontem índices favoráveis para o Brasil, contraditoriamente, no que se refere à Educação, objeto de nosso interesse, as pesquisas científicas apontam que, atualmente, apenas um terço dos brasileiros estão nas escolas. Segundo o próprio MEC, 91 % dos estudantes terminam o ensino fundamental I sem saber ler e compreender um texto, e conseqüentemente, sem o domínio correto da escrita. Também, de acordo com o IPEA, em recente pesquisa, apenas 48,7% dos brasileiros consideraram que a Educação melhorou no país. Outros 27,3% não perceberam melhora na qualidade do ensino. E, o número considerável de 24,2% enfatizou piora.

Diante desse breve quadro, descrito acima, a constatação mais grave é que, ainda estamos longe de atingir o patamar ideal do PIB para a Educação Brasileira. Hoje, os investimentos atingem em média 5%. O PNE para 2011-2020 - em tramitação no Congresso - tem como meta elevar esse patamar para 7% em 10 anos. Entretanto, os estudos das lideranças da sociedade civil organizada CNTE alertam que o crescimento programado de 0,2% ao ano é insuficiente e apontam a necessidade de investimentos em torno de 10% do PIB para atender a demanda atual.

Sem a ampliação dos investimentos, condizente com as necessidades da expansão, o quadro atual nas instituições é de precarização do trabalho. Sobretudo, as exigências de metas produtivistas e o aumento de funções e atribuições têm causado conseqüências que comprometem a saúde física e mental dos professores. A nova cultura acadêmica é baseada na lógica mercadológica, ou seja, privilegia a redução do tempo para a qualificação e incentiva a produção quantitativa. Temos inúmeras questões importantes para discutir que envolvem a situação do professor e da professora universitário (a) e, que em nada diferenciam dos problemas da educação básica no país. As mais urgentes dizem respeito as nossas condições de trabalho como: problemas na

saúde, o assédio moral, suicídios, depressões, acúmulo de trabalho e funções, falta de infra-estrutura, indefinição, fragmentação e diferenciação da carreira, constantes reformas na previdência. Além de todas essas questões, o salário é impróprio com o nosso investimento na carreira.

A carreira é um ponto extremamente importante que será discutido no Congresso. Após anos de estudos, discussões e atualizações no caderno 2 do Andes, finalmente, aprovamos no último Congresso, ocorrido na cidade de Uberlândia, a proposta da carreira de Professor Federal. Durante nossa gestão na Adufpb, tive a oportunidade de participar e contribuir como representante da diretoria em vários desses momentos. O Congresso será o momento de revisão, retirada ou manutenção de itens. E, também, deverá enfatizar a importância da aprovação e manutenção da proposta, haja vista, o interesse do governo federal, em não aceitar a carreira única que foi amplamente discutida e aprovada coletivamente pela categoria.

A temática da aposentadoria é outro aspecto bastante polêmico e importante a ser discutido no Congresso. A EC 20/98 editada por FHC deu início as mudanças na previdência social do servidor público que ocasionaram uma avalanche de aposentadorias precoces – quadro ainda não repostos. Com Lula no poder, tivemos a EC 41/03 e, posteriormente, a EC 47/05 que alteraram conquistas importantes em nossos direitos trabalhistas e ocasionaram significativas perdas dos direitos. Sobretudo, a aprovação dessas medidas aumentou o tempo para a aposentadoria, a perda da paridade e da integralidade entre ativos e aposentados. O quadro atual é de modalidades e variadas regras para o cálculo, que também variam o índice, conforme o ingresso e o tempo de contribuição. Também no 31º Congresso, teremos que nos organizar e planejar importantes mobilizações para enfrentar e impedir a aprovação do projeto de Lei 1992/2006 que cria a aposentadoria complementar. Temos que lutar contra a nova proposta de reforma da previdência, pois, se aprovada, trará danosas conseqüências, para quem está entrando no mundo do trabalho de forma geral.

Enfim, a pauta de estudos e discussões para o 31º Congresso é bem mais ampla. Estes são alguns pontos mais gerais que venho acompanhando. Os específicos referem-se às questões de segurança e de gênero. Atualmente é evidente a vulnerabilidade e insegurança que permeia os campi universitários, a mídia vem divulgando a violência contra as mulheres professoras. A Violência, o assédio sexual as desigualdades salariais

e a insuficiente presença das mulheres na esfera do poder são temáticas importantes a serem discutidas por todos. Nesse sentido, reitero o meu compromisso e disponibilidade para dedicar-me as essas discussões no intuito de defender a garantia de nossos direitos e a qualidade do nosso serviço e profissão.

Propostas:

- Defender o papel da Universidade Pública e a manutenção da mesma através do financiamento público compatível com uma expansão de qualidade;
- Reiterar a exigência de 10% do PIB para o financiamento da Educação e nesse bojo exigir do governo federal a expansão qualitativa do ensino superior no país;
- Criar comitês com a participação de representantes docentes, discentes, técnicos administrativos e membros da sociedade civil local para o acompanhamento transparente dos projetos e investimento destinado a IFs;
- Mapeamento, criação e fortalecimento dos colégios de aplicação das IFs;
- Criação de órgão gestor com financiamento direto e próprio para atender os colégios de aplicação, creches e escolas de educação Básicas inseridas dentro das IFs, por entender a necessidade desses espaços como escola-laboratório de práticas e métodos de ensino entre outras diversas possibilidades de sua utilização que abrange diversas áreas;
- Garantir a manutenção da proposta da Carreira do Professor Federal como instrumento de unificação, valorização e fortalecimento da Carreira e cargos do Magistério Federal;
- Lutar pela retirada do PL 1992/2006 e planejar uma agenda de atividades que alertem a comunidade acadêmica e a sociedade civil para o projeto que cria a aposentadoria complementar;
- Defesa da isonomia e paridade entre ativos e aposentados;
- Propor a publicação de uma coletânea de ensaios contendo a significativa participação das mulheres a História do Sindicato Nacional;